



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

HELIWELTON DO AMARAL CLEMENTE

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
NO RECIFE NA DÉCADA DE 1980

Recife
2018

HELIWELTON DO AMARAL CLEMENTE

Trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife na
década de 1980.

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal Rural de
Pernambuco para a obtenção do título de
Graduado em Licenciatura Plena em História.

Orientador da monografia: Prof. Dr. Humberto
da Silva Miranda.

Professora da disciplina: Prof.^a Dr.^a Rozelia
Bezerra.

Recife

2018



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC

HELIWELTON DO AMARAL CLEMENTE

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
NO RECIFE NA DÉCADA DE 1980**

Trabalho de conclusão de curso aprovado com nota _____ como requisito para conclusão da disciplina de TCC II (Cód. 04803), pela seguinte banca examinadora:

Orientador: _____ Nota: _____

Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda - Departamento de Educação - UFRPE

Membro: _____ Nota: _____

Profª. Drª. Juliana Alves de Andrade - Departamento de Educação - UFRPE

Membro: _____ Nota: _____

Cinthia Camara A. T. Sarinho - PPGEI - FUNDAJ

Média das notas	
-----------------	--

Recife, ____ de _____ de 2018.

AGRADECIMENTOS

Queria começar agradecendo à minha família, sobretudo minha mãe, meu irmão e minhas duas avós - Valéria, Hérlon, Benedita e Lourdes - respectivamente. Essas são as pessoas que me motivam e não existe um dia sequer em que eu não pense nelas. O amor de vocês já é mais do que suficiente para eu querer ser alguém melhor.

Aos professores que me proporcionaram uma formação preocupada com o lado humano, profissional e com a sensibilidade e o conhecimento que, ao meu ver, são muito significativos para mudar a realidade. Sobretudo, queria agradecer ao meu orientador Humberto que foi a minha base, soube respeitar minhas limitações e representou uma inspiração para mim em cada gesto. Além de me orientar é meu amigo e faz desse mundo um lugar melhor.

À professora Juliana pela aprendizagem proporcionada, por saber ouvir os alunos e principalmente pelo seu sorriso contagiante.

Queria agradecer em especial ao professor Ronaldo Maia, que descansa em algum lugar desconhecido por mim e viverá para sempre na minha memória. Ronaldo, é com certeza um dos meus heróis e espero toda vez que eu entrar em sala de aula, consiga ser ao menos um pouco do que ele me ensinou.

À Victor e Gabriel por serem os irmãos que a vida me deu (melhores do que eu mereço) e por serem tão incríveis, cada um à seu modo.

Aos meus amigos e colegas da universidade que estiveram comigo nas horas de alegria e nas horas difíceis, são muitos nomes para citar mas queria enfatizar minha gratidão para Pâmela, Izabel e Adriano.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco pela oportunidade, aproveito para reafirmar a importância de uma universidade com ensino gratuito e de qualidade na construção de um país/mundo melhor.

A todos os funcionários do Restaurante Universitário e da Universidade, por desenvolverem um trabalho tão maravilhoso.

Por último, mas nunca menos importante queria agradecer à banda da minha vida, o Linkin Park e diversas outras bandas que me deram show e viagens surreais e me fizeram muito feliz (muito mesmo) ao longo desses nove períodos.

*“Ao narrar estas velharias, eu me torno, não
sei como, o contemporâneo delas.”*

(Tito Lívio)

RESUMO

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) é uma organização não governamental fundada em 1985, composta por militantes e educadores sociais que se articulam politicamente em defesa dos direitos de crianças e adolescentes que vivenciam diferentes formas de abandono. O objetivo do trabalho é analisar a trajetória e atuação do Movimento na cidade do Recife, na década de 1980, suas práticas educativas e o seu papel na luta pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A catalogação e análise de documentos e publicações do MNMMR permitiu a construção de uma narrativa sobre seu surgimento, sua organização e sua atuação na cidade do Recife na década de 1980. O estudo de publicações de divulgação e sobretudo do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, periódico construído por crianças e adolescentes junto com educadores do Movimento no Recife, a partir de Agosto de 1988, proporcionou uma análise de características das práticas educativas e a participação dos meninos e meninas na reivindicação das demandas e denúncias de violência feitas pelo Movimento.

Palavras-chave: Infância; Rua; Direitos.

ABSTRACT

The National Movement of Boys and Girls of the Street (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR) is a non-governmental organization founded in 1985, made up of militants and social educators who articulate themselves politically in defense of the rights of children and adolescents who experience different forms of abandonment. The objective of this work is to analyze the Movement 's trajectory and its performance in the city of Recife in the 1980' s, its educational practices and its role in the struggle for the promulgation of the Child and Adolescent Statute (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). The cataloging and analysis of documents and publications of the MNMMR allowed the construction of a narrative about its birth, its organization and its atuation at city of Recife in the 1980s. The study of exposure publications and especially the newspaper O Grito de Meninos e Meninas de Rua, a periodical constructed by children and adolescents together with educators of the Movement in Recife, from August 1988, provided an analysis of characteristics of educational practices and the participation of boys and girls in claiming the demands and denunciations of violence made by the Movement.

Keywords: Childhood; Street; Rights;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto extraída da edição de Julho de 1989 do Jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* – Fonte: Acerto do LAHIN_____35

Figura 2 – Foto extraída da edição de Agosto de 1988 do Jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* – Fonte: Acerto do LAHIN_____36

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Documentos catalogados do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Fonte: Acervo da sede do MNMMR no Recife e acervo pessoal de militantes _____45

TABELA 2 - Edições catalogadas do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* – FONTE: Acervo da sede do MNMMR no Recife e acervo pessoal de militantes _____46

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC – Análise de Discurso Crítica

CSC – Ciência Social Crítica

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

LAHIN – Laboratório de História das Infâncias do Nordeste

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

SAS – Secretaria de Ação Social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1: O surgimento do MNMMR. Meninos e meninas em situação de rua e a educação popular.	16
Capítulo 2: O trabalho com as fontes do MNMMR.....	24
Capítulo 3: As práticas educativas do MNMMR no Recife: O Grito de Meninos e Meninas de Rua.	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	42
APÊNDICE	45

INTRODUÇÃO

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua é uma organização composta por militantes e educadores sociais que se articulam politicamente em defesa dos direitos de crianças e adolescentes que vivenciam diferentes formas de abandono. Este trabalho de conclusão de curso possui como objetivo principal registrar a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, no Recife na década de 1980.

O trabalho também pretende contribuir com a história dos direitos da criança e do adolescente no País, dialogando com a historiografia nacional da infância e sociologia da infância numa perspectiva interdisciplinar. Estudar a trajetória do Movimento possui uma relevância de caráter acadêmica e social, haja vista sua significativa contribuição para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Movimento influenciou na construção das políticas dos direitos da criança, chegando a contribuir com a efetivação do ECA. De acordo com Souza:

A sensibilidade e a experiência do MNMMR refletiu em todo o Brasil. Em diferentes Estados foram organizados movimentos semelhantes com o objetivo de aproximar os educadores daquelas crianças que viviam na rua “sem lenço nem documento”. A importância de trabalhar com as crianças e adolescentes no contexto em que elas estão inseridas aos poucos foi gerando resultados até que alguns anos depois o Movimento foi convidado a participar da elaboração da legislação mais inovadora do Brasil neste âmbito. (SOUZA, 2013, p.2).

O trabalho visa também problematizar uma questão de relevância social que é a da população que vive nas ruas, além de buscar analisar as práticas educativas do MNMMR no Recife na década de 1980. Além de analisar o papel do MNMMR no processo de promulgação do ECA.

É de fundamental importância sistematizar uma revisão de literatura, buscando analisar como foram construídos os trabalhos historiográficos sobre as crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, no século XX.

A partir das leituras realizadas, observamos que o campo da história da infância em Pernambuco ainda é pouco explorado, tornando o aprofundamento na área um desafio. Para a Historiografia local podemos destacar o trabalho do historiador Humberto Miranda, através do mesmo foi possível uma análise de como a cidade do Recife que se encontrava em processo de crescimento, convivia com a

presença de meninos e meninas em situação de abandono, que viviam em ruas e avenidas e faziam destes espaços seus locais de trabalho e moradia. É feita uma análise de como a questão do abandono é retratada pela imprensa local e nacional. O entendimento da lógica da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), é proporcionado por uma conexão entre a sua atuação e o Sistema de Justiça vigente na época, baseado no *Código de Menores*. (MIRANDA, 2015).

No que se refere à historiografia nacional, é possível afirmar que a produção da região sul-sudeste se destaca, onde os trabalhos sobre a história das crianças são construídos a partir da preocupação com a política pública e o processo de institucionalização das crianças abandonadas. Ao analisar a construção das políticas no século XX, a historiadora Sílvia Arend ressalta como a discussão do tema no âmbito internacional com base no ideário dos Direitos Humanos, a militância de movimentos em prol da causa da Infância no Brasil e representantes do Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) foram essenciais na construção de uma estrutura legislativa que observasse as crianças como sujeitos de Direitos e a visão “adultocêntrica” fosse questionada. Descreve e analisa também o debate sobre as relações de trabalho no campo da infância e juventude na referida Convenção. (AREND, 2015).

No trabalho da historiadora Esmeralda Moura, a situação vivida por crianças e adolescentes das camadas pouco favorecidas economicamente, na perspectiva do trabalho infantil e em relação ao abandono, é confrontada com as imagens construídas por diferentes discursos acerca da infância na sociedade brasileira. Em seu trabalho, ela analisa a construção da identidade infanto-juvenil na passagem do século XIX para o XX, na cidade de São Paulo. (MOURA, 1999).

Construir uma revisão de literatura possibilita expressar o caráter interdisciplinar da nossa pesquisa, visto que diversos trabalhos de outras áreas foram analisados. O trabalho das sociólogas Marina Carvalho e Maria de Souza Santos permitiu analisar como acontece o surgimento de muitas das organizações não governamentais e suas relações com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. A partir dessas organizações que atendiam meninos e meninas foi gerada uma articulação que se desdobrou na criação do próprio Movimento, na década de 1980. (CARVALHO, SANTOS, 2008).

É importante observar que o trabalho das autoras Carvalho e Santos dialoga com o da Esmeralda Bolsonaro, quando afirma que a problemática das crianças e

adolescentes que vivem nas ruas dos grandes centros urbanos parece ser típica de países subdesenvolvidos, resultante das imensas desigualdades sociais registradas nesses locais. Uma das maiores contribuições que essas pesquisas trazem para o nosso trabalho, é diferenciar os conceitos de meninos “de” rua e meninos “na” rua, entretanto o termo mais adequado é “em situação de rua”.

Viviane Resende em seu trabalho de pesquisa analisa a representação e identificação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Distrito Federal, abordando as causas de uma crise. Utilizando como fonte principal os debates etnográficos. A Análise de Discurso Crítica (ADC) é utilizada em diálogo com a Ciência Social Crítica (CSC) para o estudo desse movimento social que abrange crianças e adolescentes. Um fator importante deste texto foi proporcionar que vários conceitos das ciências sociais foram abordados. (RESENDE, 2016).

Ana Paula Malfitano e Rubens Adorno trazem em seu trabalho várias reflexões acerca das crianças e adolescentes do Brasil, os imaginários que a recobrem e a dinâmica de circulação nos espaços públicos. Direcionam o foco para a infância e adolescência em situação de rua, apresentando a vivência nas ruas como uma temática histórica, que na contemporaneidade assume configurações complexas, exigindo do Estado e da sociedade civil várias reflexões e ações para a compreensão e intervenção nessa problemática. Outro assunto muito debatido e pertinente à pesquisa é a dificuldade de se estabelecer uma cultura que reconheça essas crianças e jovens como sujeitos de direitos, numa sociedade marcada pela desigualdade social. (MALFITANO & ADORNO, 2006).

Leena Alanen, em seu trabalho *Teoria do bem-estar das crianças*, discute as contribuições dos novos estudos sobre a infância em torno da importância que as crianças e a infância assumiram nos processos de reconfiguração do bem-estar social nas sociedades ocidentais avançadas. Problematisa que crianças nunca estiveram presentes no centro da pesquisa do bem-estar e destaca que agências de defesa da infância como a UNICEF e grupos que trabalham com o problema da pobreza infantil produzem e distribuem informações sobre o status das crianças no mundo e em diferentes países, na atualidade. A autora também apresenta os principais significados do termo “bem-estar” além de mencionar as crianças como seres sociais e participantes da rede de relações que formam a sociedade que contribuem para as sociedades enquanto crianças e não somente na idade adulta. (ALANEN, 2010).

No trabalho, *Descolonizando a pesquisa com a criança – uma leitura pós-colonial de pesquisa*, Flávia Motta e Rita Frangella problematizam a própria atividade de pesquisa, focando nas pesquisas que dão voz às crianças. Numa perspectiva qualitativa de pesquisa, argumentam a partir dos estudos culturais e pós-coloniais, propondo uma pesquisa que desloque o próprio sentido de colonização e problematizando e questionando a subalternidade da infância. As autoras refletem como é possível dar voz à criança como sujeito da pesquisa, concluindo que quando se dá a palavra para a criança a subalternidade da infância nos textos pode ser rompida. (MOTTA & FRANGELLA, 2013)

A partir de tal levantamento bibliográfico percebemos a importância de construir um trabalho a partir de uma perspectiva interdisciplinar que expressa uma interação com outras áreas do conhecimento, sobretudo as Ciências Sociais. Desse modo, ressaltamos a importância da nossa pesquisa para o campo de história da infância, haja vista que esta área ainda é bastante inexplorada. Ressaltamos a contribuição social e acadêmica, uma vez que nossa investigação dialoga com os estudos contemporâneos da historiografia da infância, focando as crianças e adolescentes em situação de rua no Recife, no período da década de 1980, tempo marcado pelo processo de redemocratização vivido pelo País.

O Primeiro capítulo traz uma narrativa sobre o surgimento do Movimento, como mesmo se estrutura e seus princípios de atuação. O segundo trata sobre as fontes utilizadas na pesquisa e conceitos essenciais à construção do presente trabalho. O terceiro capítulo traz uma análise das práticas educativas do MNMMR no Recife na década de 1980 destacando como principal fonte o jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*.

Capítulo 1: O surgimento do MNMMR. Meninos e meninas em situação de rua e a educação popular.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua surgiu a partir do questionamento das práticas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), o órgão normativo criado com a finalidade de implementar a "política nacional de bem-estar do menor".

Surge no início da década de 1980 o *Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua*, promovido pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), Secretaria de Ação Social (SAS) e membros da própria FUNABEM. O objetivo do referido projeto era conhecer e aprender com quem realizava um atendimento alternativo, integrando pessoas e mobilizando a comunidade para novas práticas que considerassem o menino e a menina em situação de rua, como sujeitos de direitos.

Este questionamento aconteceu devido à insatisfação com a atuação autoritária, de caráter repressivo e natureza assistencialista desempenhada pelo Estado, através do modelo FUNABEM/FEBEM. A vigência e os objetivos dessas políticas oficiais são expressas, por Miranda:

A Funabem, implantada em 1964 e extinta em 1990, passou mais de 20 anos procurando garantir a manutenção da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, com medidas de disciplina e controle, pela qual estados e instituições particulares se subordinavam à sua administração centralizadora. (MIRANDA, 2015 p.161).

Um fato importante acerca de pessoas interessadas em desenvolver modelos de assistência a meninos e meninas alternativos ao da FEBEM, foi a realização do *Ano Internacional da Criança*, em 1979. Segundo Santos, esse ano foi marcado por várias ações, que mobilizaram vários setores da sociedade brasileira, quando:

As atividades levadas a cabo durante o Ano Internacional da Criança (1979), tais como campanhas, seminários e debates, contribuem para difundir de forma mais intensa no país a problemática situação das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. (SANTOS, 1994, p.12).

As experiências alternativas de atendimento a meninos e meninas de rua desenvolvidas principalmente por entidades da sociedade civil vão se difundindo e

se articulando, ao mesmo tempo em que cresce a insatisfação com as políticas oficiais promovidas pelo Estado. De acordo com Santos:

O modelo de assistência convencional, desenvolvido pelo Estado, através da Funabem, é questionado pelas crianças, pela imprensa, por estudiosos e pelos participantes das experiências alternativas, que expressam suas críticas por intermédio das ações que desenvolvem. Essas críticas refletem de certo modo a “falência” do Sistema Nacional de Bem-Estar do Menor. (SANTOS, 1994, p.13)

Os membros do *Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua*, juntamente com membros de outros projetos que atuam de forma semelhante, vão se articulando e formando grupos locais. A articulação entre as entidades que desenvolviam experiência alternativas, além de ter possibilitado a constituição desses grupos locais, que reuniam pessoas que atuavam na área, começou a construir uma concepção de atendimento que considerava a criança e o adolescente sujeitos de direitos e de sua própria história.

No ano de 1985, esses grupos locais que se formaram, reúnem-se em Brasília e decidem criar uma organização não-governamental para a defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, sobretudo os que se encontravam em situação de rua, estava criado do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, como afirmam, Macêdo e Brito:

O MNMMR é uma organização que luta pelos direitos de crianças e adolescentes das camadas populares, com o propósito de transformá-los em sujeitos políticos e agentes da defesa de seus próprios direitos e da cidadania. Seu princípio fundamental de atuação é considerar crianças e adolescentes como seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, cidadãos, sujeitos de direitos legítimos, que devem participar das decisões sobre suas vidas, de sua comunidade e da sociedade em geral. E sua principal linha de ação é informar e organizar meninos e meninas em situação de rua para o debate sobre a condição social de excluídos, que propiciará a aquisição de conhecimento e a consciência dos direitos e dos serviços públicos disponíveis e capacitará a elaboração de soluções para suas vidas. (Macêdo e Brito, 1998).

Através da análise de publicações de divulgação do Movimento desejando entender melhor sua fundação, percebemos que em 1985, no ato da fundação do Movimento, ele é batizado pela sua comissão fundadora de “*Movimento Nacional de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua*”, quando seus membros realizam a segunda Assembleia Nacional do Movimento no ano de 1986

(também em Brasília), mudam o nome para Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, nome que permanece até hoje.

Aliado à defesa e reconhecimento dos direitos dos meninos e meninas e partindo da concepção que estes são seres em condições peculiares de desenvolvimento e sujeitos de sua própria história, o MNMMR busca segundo seu próprio discurso, questionar as políticas públicas.

Através de um estudo do Estatuto do MNMMR, mapeamos sua estrutura em três níveis: local, regional e nacional. Trazemos como deve ser a formação e as atribuição dos três níveis:

Nível local: A comissão ou grupo local deve ser formada por pessoas comprometidas com a causa do Movimento, que trabalhem direta ou indiretamente com meninos e meninas em situação de rua e estejam dispostas a se reunir com certa periodicidade. Não pode ser subordinada a injunções político-partidárias (inclusive, obtive essa informação através uma integrante na primeira vez que visitei a sede do Movimento em Recife, no bairro de Santo Amaro). A adesão à comissão é voluntária sendo essencial que os participantes se identifiquem com os ideais do Movimento. Sua principal atribuição é identificar e apoiar programas alternativos com crianças e adolescentes em situação de rua. Segundo o Estatuto do MNMMR, geralmente existe uma pessoa na coordenação ou elemento estimulador em cada grupo local.

Nível Regional: A articulação regional deve assegurar a caminhada em conjunto das comissões ou grupos locais e facilitar as ações básicas do Movimento. A Assembleia integrada por representantes de todos os grupos e comissões locais é a expressão máxima da articulação regional, nela se elege uma Coordenação Regional de Articulação. O principal objetivo da Coordenação Regional é garantir a execução das linhas prioritárias de ação do Movimento a nível Regional.

Nível Nacional: Segundo o Estatuto do Movimento, a Comissão Nacional é integrada por dois representantes de cada regional eleitos nas Assembleias Regionais. A Comissão Nacional deve ser estimuladora, animadora, problematizadora e facilitadora, divulgando os ideais do Movimento para uma maior sensibilização e mobilização nacional em torno da causa da infância. Ser instrumento de pressão juntos às esferas de poder na defesa dos direitos da criança e adolescente, defendendo os direitos das crianças e denunciando o não cumprimento desses direitos, além de reivindicar a participação popular na

formulação de orçamento público.

Antes de falar das crianças em situação de rua, apresentamos de forma teórica o conceito de criança, através do trabalho do sociólogo Chris Jenks, o que proporcionou um diálogo da pesquisa com a sociologia da infância.

O autor parte da indagação de como seria possível começar a entender as crianças. Problema que segundo o mesmo, persegue a condição adulta por estar atrelada à questão da paternidade. Enfatiza que apesar da existência de um compromisso antigo com o bem da criança e mais recentemente, uma atenção maior dos intelectuais para com a temática da infância, a conceituação de criança como prática social permanece difusa e ambígua. Desse modo, traz uma série de questões em torno do conceito de criança:

Em que é que pensamos ao contemplarmos as crianças? Se as vemos como puras, bestiais, inocentes, corruptas, cheias de potencial, tábuas rasas, ou mesmo como encaramos os nossos Eu de adultos; se elas pensam e raciocinam como nós; se estão imersas numa vazante de inadequações ou se possuem uma clareza de visão que, pela experiência, perdemos; se as suas linguagens jogos e convenções são alternativas, imitações ou precursoras toscas das nossas próprias, mais adultas, ou simples trivialidades transitórias e impenetráveis, divertidas de testemunhar e colecionar; se elas estão constrangidas e nós alcançamos a liberdade ou se, pelo contrário, nós assumimos o constrangimento e elas é que são verdadeiramente livres, todas estas considerações, e outras para além destas, continuam a marcar a nossa teorização sobre a criança na vida social. (JENKS, 2002, P.187).

Partindo destas questões, menciona a existência de três conceitos de criança: A criança como “Selvagem”, a “Natural” e a “Social”. O autor apresenta os conceitos, levando em consideração as perspectivas e os interesses principalmente da Antropologia e da Sociologia. Uma ênfase maior será dada ao conceito de Criança Social, por ser o mais utilizado atualmente pelas ciências humanas.

Em uma abordagem antropológica, a conceituação da criança como selvagem a reconhece como menos evoluída, necessitada de desenvolvimento, por essa razão, um ser merecedor de estudo.

Em relação ao conceito que descreve a criança como Natural, existe uma forte relação dessa concepção com o corpo da criança. O que indicaria uma transição para adolescência e vida adulta, seriam as transformações anatômicas e físicas. Entretanto, o próprio autor rebate essa concepção alegando que a transformação física não resulta necessariamente em uma transformação mental

e/ou social e destaca que esse conceito está em desuso:

Todas as abordagens contemporâneas ao estudo da criança defendem a ideia de que a infância não é um fenômeno natural e que não pode ser completamente entendida enquanto for vista como tal. A transformação social da criança em adulto não resulta diretamente do crescimento físico nem o reconhecimento das crianças pelos adultos depende exclusivamente da diferença física e vice-versa. (JENKS, 2002 p.191).

A criança social é conceituada tanto na diversidade de atitudes quotidianas como nos discursos profissionais das ciências sociais como instrumento de apresentação de propostas de relacionamento e coesão social. Numa perspectiva de várias disciplinas, a infância é vista como uma fase, o processo que vai dando estrutura ao ser humano.

A criança é então dita como: algo “que vai ser”, uma *tábua rasa*; o assentar dos alicerces, a modelagem do indivíduo; a apropriação; o crescimento; a preparação; a inadequação; a inexperiência; a imaturidade e por aí adiante. (JENKS, 2002, p.193).

Esta concepção de infância é sustentada na linguagem e nos discursos profissionais das instituições que controlam as fronteiras estabelecidas em torno da criança enquanto estatuto social, essas fronteiras não só delimitam um espaço social como representam um mecanismo de controle social. A criança social é a concepção que mais contribui para nossa pesquisa.

Através de suas publicações, o MNMMR explicita que parte do princípio que crianças são seres humanos em condições peculiares de desenvolvimento e sujeitos de direitos e que devem ser participantes ativos na construção de uma sociedade mais justa.

Mas quem eram esses meninos e meninas que viviam em situação de rua? A partir do nosso trabalho com as fontes do Movimento, afirmamos que é muito difícil traçar um perfil dos meninos e meninas atendidas por esses projetos alternativos, existe uma enorme pluralidade, cada um com uma trajetória distinta. Algumas de suas principais características podem ser encontradas na obra *Paulo Freire e os Educadores de Rua*:

Essas crianças são, em sua maioria, meninos e meninas entre sete e dezessete anos, que vivem na rua trabalhando para se sustentarem e/ou para ajudar no sustento de suas famílias, que quase sempre são pobres demais para atender às necessidades básicas de seus filhos. Quando estão

na rua, essas crianças são efetivamente desamparadas da proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em consequência vulneráveis à exploração por terceiros e a uma variedade de perigos mortais físicos e morais. Muitas passam virtualmente nas ruas todas as horas que estão acordadas, e algumas até suas noites, tendo portanto, pouco ou nenhum acesso aos serviços básicos, tais como os relativos à saúde e à educação. (FREIRE, 1989, p.11).

A partir dessa abordagem encontramos elementos que indicam que essas crianças e adolescentes devem se tornar prematuramente adultas buscando meios para sobreviver. São produtos da carência de afeto ou ausência familiar e social, fato que muito provavelmente dificultará sua integração harmônica na sociedade além de enfrentarem dificuldades escolares que geralmente levam à repetência e abandono dos estudos ou até mesmo nem terem a oportunidade de acessar o ambiente escolar.

Uma análise da figura do Educador de Rua foi imprescindível para o entendimento da atuação do Movimento, visto que os mesmos são parte vital na constituição e construção do MNMMR. Articulados entre si e com os meninos e meninas, muitos com um trabalho de caráter voluntário, foram ativos no processo de sensibilização e mobilização de comunidades em prol de novas práticas que considerassem a criança e o adolescente em situação de rua sujeitos de direitos. Segundo Freire:

A presença do educador de rua não foi inventada para ser mais um na equipe, ela aparece em razão da necessidade constatada no trabalho dia-a-dia, frente ao reconhecimento da ineficiência institucional repressora e isolada, na busca de um atendimento a esse contingente espoliado que são os meninos de rua, filhos dos expropriados dos meios de produção. (FREIRE, 1989, p.14).

O educador do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, na época de seu surgimento é retratado como um mediador de relações, facilitador de falas e atuações dos meninos e meninas. Segundo as publicações de divulgação do Movimento, eles deveriam estimular atividades lúdicas para facilitar com que as crianças e adolescentes se expressassem.

É no cenário citado que retrata a década de 1980 que o autor apresenta algumas conclusões sobre os educadores de rua, resultadas do I Seminário Latino Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua. Não é possível traçar um perfil, porém, alguns aspectos são importantes para o entendimento da

atuação desses educadores:

É perceptivo e sensível às causas das situações geradoras. Ele trabalha em grupo, visando sempre uma organização mais ampla. Ele vai com o tempo, criar uma situação nova, provocadora de novas relações. É aquele que procura oferecer condições concretas para que os meninos superem suas necessidades. Ele não determina prazos para mudanças de comportamento. (FREIRE, 1989, p.16).

No que diz respeito à Educação Popular, que se mostra norteadora para esses educadores de rua, apresentamos a definição encontrada na obra *Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular*, nela Paulo Freire e Adriano Nogueira expressam seu entendimento do conceito de educação popular:

Entendo a educação popular como um esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. (FREIRE & NOGUEIRA, 1993, p.19).

Podemos estabelecer uma conexão do conceito citado quando o Freire em seu trabalho com educadores de rua enfatiza que o trabalho do educador e da comunidade em conjunto são fatores essenciais para uma mudança da sociedade.

Em uma publicação produzida pelo próprio Movimento, organizada por Benedito dos Santos, em 1994, discute-se o “perfil” dos participantes do Movimento:

O Movimento possui setenta comissões locais e aproximadamente cem núcleos de base distribuídos nos vários estados do Brasil. Os educadores voluntários, militantes e ativistas dos direitos da criança e do adolescente engajados nas comissões locais são, na sua maioria, do sexo feminino, com escolaridade entre os graus primário e secundário. Apenas uma pequena parcela tem formação universitária, em geral em cursos da área de humanas, como serviço social, direito e psicologia. A quase totalidade participa de programas comunitários de atendimento a meninos e meninas de rua de caráter não-governamental. Uma pequena parcela está vinculada profissionalmente a programas desenvolvidos por governos municipais, estaduais e federais. (SANTOS, 1994, p.29).

A partir da citação acima podemos estabelecer um diálogo da figura do educador, descrita por Paulo Freire, com essas características dos integrantes do Movimento e ter uma noção das linhas de atuação dos educadores.

O fato de estar pesquisando um Movimento Social demandou um estudo

sobre as suas definições. Movimentos Sociais são definidos no trabalho de Maria Gohn, como ações sociais e coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas para que a população se organize e expresse suas demandas. De acordo com a autora:

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (GOHN, 2011, p.335).

Numa análise da sua trajetória, percebe-se que através das mobilizações e passeatas por uma mudança no panorama legal no país, o Movimento procurou atuar para que suas demandas fossem conhecidas. Uma característica apontada pela autora presente nos movimentos sociais, pode ser observada nesse início de trajetória do Movimento:

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. (GOHN, 2011, p.336).

Essa proposta de atuação construída a partir do diagnóstico sobre a realidade que a autora menciona, remete à proposta do Movimento de desenvolver um atendimento contraposto ao realizado pela Fundação Bem Estar do Menor. O diagnóstico mencionado remete à um mapeamento da atuação do Estado e partir da insatisfação com o resultado dele, o Movimento pôde construir suas propostas de atuação.

Ainda nos estudo dos Movimentos Sociais, foi importante analisar o protagonismo da Sociedade Civil Brasileira, principalmente porque na década de 1980 os Movimentos Sociais se articularam e construíram suas trajetórias de luta no âmbito político e social. Segundo Gohn, o conceito de Sociedade Civil se introduz definitivamente no vocabulário no final da década de 1970 e está ligado à democracia:

Na linguagem política corrente ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar. Este fato significou a construção de outro referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo* no plano estatal, dominado pelos militares e por um regime não democrático, com políticas públicas que privilegiavam o grande capital, considerando apenas as demandas de parcelas das camadas médias e altas da população que alavancavam o processo de acumulação das emergentes indústrias filiais das empresas multinacionais. (GOHN, 2008, p.70).

Segundo a autora, esse cenário estimula o surgimento de inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade, no âmbito das reivindicações de bens, serviços e direitos. No caso do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, no fim da década de 1980, a luta concentrava-se no segmento dos direitos da criança e do adolescente, sendo um movimento social urbano que lutava por uma mudança no panorama legal da época.

Após a análise dos conceitos citados, e o entendimento do surgimento do MNMMR, o foco do próximo capítulo é o trabalho com as fontes de Movimento. Publicações da instituição de caráter nacional e local que proporcionaram uma análise de como o MNMMR construiu o discurso acerca de si mesmo e um estudo sobre as suas práticas educativas da instituição no Recife na década de 1980.

Capítulo 2: O trabalho com as fontes do MNMMR

O trabalho foi viabilizado pela existência de fontes que proporcionaram nosso contato com os registros das experiências e da trajetória do MNMMR, portanto, no presente capítulo sintetizamos vários conceitos e obras que serviram de base para que pudéssemos trabalhar com as fontes de forma crítica.

Nos preocupamos primeiramente em analisar o conceito da História enquanto ciência assumindo o conceito de História trabalhado por Marc Bloch como nosso referencial teórico. Na obra *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Bloch se empenha em defender a história como ciência e definir o historiador como um homem de ofício, investigando suas práticas de trabalho e seus objetivos científicos e quais as preocupações que o mesmo deve ter enquanto profissional.

O autor afirma que a história é uma ciência e não pode ser reduzida a abstrações, leis e estruturas. Enfatiza também que o objeto de história não é o passado e sim o estudo da ação humana no tempo.

“Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. (BLOCH, 2011, p.55.)

Bloch ressalta que durante a pesquisa histórica, o historiador deve ter persistência, entendendo que há dois tipos de documentos que poderá encontrar: os explícitos, que são fabricados intencionalmente para difundir uma mensagem, e os implícitos que não possuem a intenção direta de difundir determinada informação. No acervo do MNMMR trabalhamos com os dois tipos mencionados, e os explícitos aparecem muito mais.

Afirma também que a direção de uma pesquisa histórica está relacionada com as perguntas a serem respondidas: “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los.” (BLOCH 2011, p. 79). A partir dessas interrogações, direcionamos as nossas investigações para construir uma narrativa consistente acerca da atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife.

A metodologia do nosso trabalho percorreu as seguintes etapas: A primeira foi constituída de leituras temáticas acerca do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, para que pudéssemos entender como ele foi criado, como se organizou politicamente e suas linhas de atuação. Outras leituras de trabalhos produzidos por historiadores da área da infância, também foram realizadas, temas relevantes como, as crianças em situação de rua no Recife no período da Ditadura Civil-Militar, a Convenção Internacional de Direitos Humanos e sua influência na Legislação Brasileira no âmbito da infância e a diferenciação dos conceitos de meninos e meninas “de rua” e “em situação de rua”. Os conceitos de História (BLOCH, 2011) Movimento Social (GOHN, 2013), Educação Popular (FREIRE, 1989) e Criança (JENKINS, 2002) foram trabalhadas como referências teóricas para nossa investigação.

Numa segunda etapa, houve um trabalho de pesquisa no arquivo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e em um acervo pessoal de militantes do Movimento. Nesses espaços foram encontrados documentos produzidos pela organização: seu Estatuto, publicações de divulgação, jornais,

cartilhas e panfletos. Material necessário para uma análise do discurso que o Movimento construiu sobre ele mesmo. Também aconteceram visitas ao Arquivo Público do Estado e jornais da época da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente foram fotografados, além da digitalização de documentos do acervo de militantes do Movimento, e a catalogação dos jornais *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* e *Pé de Moleque*, produzidos pelos integrantes do MNMMR contando com a participação ativa dos meninos e meninas que participavam do Movimento.

A terceira etapa se constituiu de uma análise aprofundada acerca do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, um dos documentos catalogados na etapa anterior. O jornal foi produzido pelo Movimento em Recife a partir de 1988, o que permitiu um estudo mais detalhado sobre a atuação do Movimento na cidade. Um estudo acerca da trajetória e obra do militante do Movimento, Adriano Janssen, também foi essencial, visto que o mesmo foi redator chefe do periódico (no período da maioria dos jornais digitalizados e analisados) e os resultados de tal estudo serão expostos no capítulo seguinte.

Numa quarta etapa, voltamos para a sede do Movimento em Recife para catalogação de mais documentos, que contemplaram a pesquisa com mais informações relevantes, mais documentos e mais edições dos jornais que já vinham sendo catalogados e digitalizados.

A pesquisa documental mencionada demandou um estudo sobre o conceito de documento e a relação dele com o trabalho do historiador. Entendemos o documento como o registro da história e da memória, os traços das ações que resultaram do pensamento e dos atos dos seres humanos. Apesar de registros escritos e documentos se relacionarem com todas as atividades humanas, para a História eles são elementos centrais. Desse modo, compreendemos que o documento é antes de tudo um sistema de representações e não se pode analisá-lo sem incluir nessa mesma análise o contexto histórico e social em que esse documento está inserido. (SALIBA, 2013).

Ao desenvolvermos a pesquisa documental, é de fundamental importância o debate sobre o conceito de arquivo, visto que trabalhamos tanto com arquivos pessoais de militantes do Movimento, quanto com o arquivo institucional na sede do Movimento.

O debate acerca do trabalho com arquivos é crucial para a pesquisa histórica, e constitui um pressuposto para a investigação e reflexão histórica. Concebemos o

arquivo como uma composição de documentos que reúne sistematicamente informações, dados, relatórios entre outros registros. De acordo com Arlette Farge, o arquivo é:

[...] o nome que se dá a esses conjuntos de documentos, ou homogêneos pela natureza das peças que comportam, ou reunidos pelo simples fato de um dia terem sido doados ou legados por um particular que detinha sua propriedade. (FARGE, 2009, p.12).

Definido o conceito, outra importante contribuição da autora é a diferenciação entre impresso e arquivo. O impresso é um texto direcionado intencionalmente ao público. É organizado para que seja lido e entendido por um grande número de pessoas. Seu objetivo é divulgar um determinado pensamento, mudar um estado ou opinião através de uma história ou reflexão. Já os arquivos:

Revelam o que jamais teria sido exposto não fosse a ocorrência de um fato social perturbador. De certo modo, revelam um não dito. Na brevidade de um incidente que provocou a desordem, elas vêm explicar, comentar, relatar como “aquilo” pôde acontecer em suas vidas, entre vizinhanças e trabalho, rua e escada. (FARGE, 2009 p.14).

Nossa pesquisa se debruçou sobre arquivos pessoais, que atendiam diferentes formas de sistematização, mas que buscavam um objetivo em comum que era salvaguardar a História do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. São documentos que precisam ser preservados para que nossa sociedade tenha o direito de conhecer a História dos meninos e meninas e dos movimentos sociais que se organizaram em defesa de políticas públicas no âmbito da infância.

A partir dos documentos coletados, seguimos a metodologia da análise do discurso desses registros históricos. Um estudo sobre a Análise de Discurso foi realizado, para que se pudesse ter uma leitura crítica, e a relação da linguagem ao seu contexto sócio-histórico fosse percebida. Segundo Foucault a história nos ensina que:

[...]o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2009, p.10).

Portanto, o discurso é uma rede de signos que conecta outras tantas redes de outros discursos que registra, estabelece e reproduz valores de uma sociedade. A

reprodução para esse imaginário, tem a função de perpetuar leis, normas, regras e valores “no verdadeiro” socialmente aceito.

Fatores como a qualificação de autores, e solenidades que envolvem os discursos, são citados pelo autor, como “rituais” de validação e disseminação do discurso. O desdobramento dessas questões, levam o autor a estabelecer quatro princípios reguladores para a análise dos discursos:

Noção de acontecimento: As criações não devem se basear no sujeito fundante. Os discursos são produzidos por eventos aleatórios, mesmo que estejam contextualizados;
 Noção de série: Não há continuidade, nenhuma série que gere uma linha evolutiva inquestionável;
 Noção de regularidade: Cada acontecimento pode ser entendido como original, mesmo que não seja o acontecimento fundante;
 Noção de condição de possibilidade: Há possibilidade de verdade no emaranhado das redes de significantes. (FOUCAULT, 2009).

O trabalho de Foucault, nos proporcionou ter uma noção de análise do discurso e contribuiu para que nos atentássemos a ter uma visão crítica do discurso que o Movimento construiu sobre si mesmo.

Para o trabalho com a imprensa alternativa do Movimento (sobretudo o jornal O Grito de Meninos e Meninas de Rua) foi necessário um amplo estudo sobre a conceituação dos jornais e como deve ser o trabalho do historiador utilizando tal fonte. Desse modo, o livro Fontes Históricas, organizado por Pinsky e Luca nos auxiliou na análise das fontes de forma crítica e metodológica. A publicação ressalta importantes aspectos do processo de utilização de jornais como fontes históricas, sistematizando procedimentos e sugerindo métodos de análises, também conceitua que os jornais:

[...] não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2005, p. 140)

Tania de Luca também menciona que antes de analisar o conteúdo do jornal, é importante um estudo sobre seus aspectos físicos. Características como: tipo de papel, qualidade da impressão, cores e imagens. Coisas que podem ser percebidas no simples ato de folhear, mas podem dizer muito sobre o periódico, como sugere Tania Regina de Luca:

Deve-se ter em vista que a grande variação na aparência, imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos (LUCA, 2005, p.132).

Fazendo uma conexão do que a autora diz com o nosso trabalho com as fontes, analisamos os aspectos físicos das páginas do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, a nossa principal fonte. O periódico era constituído de folhas de papel sulfite do tamanho A4, Cada edição era apenas 1 folha dobrada ao meio, cada lauda se tornando 2 páginas totalizando 4 páginas, algumas edições extra possuem 2 páginas e uma delas possui 7 (2 folhas). Foi impresso em preto e branco com ilustrações para a maioria das matérias. Essas características revelam as limitações financeiras enfrentadas pelo Movimento, analisando o conteúdo do jornal, encontramos informações que reforçam essa evidência.

A importância do papel do pesquisador na análise e no questionamento do jornal como fonte para que sejam extraídos significados e sejam percebidos elementos importantes em sua linguagem é destacada no trabalho de Lapuente, o autor afirma ainda que:

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico). (LAPUENTE, 2015, p.6).

Todos esses aspectos mencionados pelo autor que devem ser observados no periódico, nos ajudaram a analisar com mais cautela e de forma crítica, não só o jornal em si, mas outras tipologias documentais.

O jornal "*O Grito*", possui imagens em todas as suas edições e podem ser interpretadas de diversas maneiras, através de pressupostos diferentes permitem uma análise das representações das demandas do MNMMR. Portanto, um estudo sobre como trabalhar com imagens como fontes históricas foi necessário. Segundo Coelho:

Assim como a imagem, o passado se projeta aos nossos dias com diversas possíveis interpretações, é através dessa imagem do que já passou que vamos buscar descobrir o “real” e o “verdadeiro” sobre os tempos idos. Para tal empreitada devemos nos precaver, e para isso nos servem as metodologias de utilização da imagem no estudo da história. (COELHO, 2012).

Outro trabalho que nos ajudou a trabalhar a imagem como fonte histórica foi o do historiador Paulo Knauss, que destaca o que elas podem ser muito significativas:

Não se pode deixar de reconhecer o potencial de comunicação universal das imagens, mesmo que a criação e a produção delas possam ser caracterizadas como atividade especializada. A imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão. (KNAUSS, 2006, p.99).

As imagens do jornal O Grito de Meninos e Meninas de Rua, foram analisadas como registros históricos, e nos permitiram conexão delas próprias com princípios de atuação do Movimento definidos em nível nacional e local como eles eram seguidos em Recife de forma específica.

A partir disso, destaca-se a importância do questionamento às fontes que deve ser realizado pelo historiador, para que se percebam elementos capazes de revelar a relação entre a linguagem utilizada e os interesses do jornal, o posicionamento político e o seu público alvo. Em outras palavras, o questionamento está diretamente conectado com a análise do discurso e seu conceito aqui trabalhado. Estabelecendo essas questões foi possível perceber muitos elementos presentes na atuação do Movimento em Recife no fim da década de 1980.

Capítulo 3: As práticas educativas do MNMMR no Recife: O Grito de Meninos e Meninas de Rua.

Para o presente capítulo pretendemos falar sobre a atuação do MNMMR, mais especificamente, a sua atuação no Recife na década de 1980 e simultaneamente analisaremos suas práticas educativas. Através de suas publicações, o Movimento expressa que parte do princípio que crianças são seres em condições peculiares de desenvolvimento e sujeitos de direitos e que devem ser participantes ativos na construção de uma sociedade mais justa.

Mas quem eram esses meninos e meninas que viviam em situação de rua? A partir da nossa pesquisa, afirmamos que é muito difícil traçar um perfil dos meninos e meninas atendidas pelos projetos alternativos e pelo MNMMR, existe uma enorme pluralidade, cada um com uma trajetória distinta. Porém, suas principais características podem ser encontradas na obra, *Paulo Freire e os Educadores de Rua*:

Essas crianças são, em sua maioria, meninos e meninas entre sete e dezessete anos, que vivem na rua trabalhando para se sustentarem e/ou para ajudar no sustento de suas famílias, que quase sempre são pobres demais para atender às necessidades básicas de seus filhos. Quando estão na rua, essas crianças são efetivamente desamparadas da proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em consequência vulneráveis à exploração por terceiros e a uma variedade de perigos mortais físicos e morais. Muitas passam virtualmente nas ruas todas as horas que estão acordadas, e algumas até suas noites, tendo portanto, pouco ou nenhum acesso aos serviços básicos, tais como os relativos à saúde e à educação. (FREIRE, 1989, p.11).

A partir dessa abordagem, o autor afirma que essas crianças e adolescentes devem ser prematuramente adultas buscando meios para sobreviver. São produtos da carência de afeto ou ausência familiar e social, fato que muito provavelmente dificultará sua integração harmônica na sociedade além de enfrentarem dificuldades escolares que geralmente levam à repetência e abandono dos estudos ou até mesmo não terem a oportunidade de iniciarem seus estudos.

Uma análise da figura do Educador de Rua foi imprescindível para o entendimento da atuação do Movimento no Recife, visto que os mesmos são parte vital na constituição e construção do MNMMR. Articulados entre si e com os meninos e meninas, muitos e muitas com um trabalho de caráter voluntário, foram ativos no processo de sensibilização e mobilização de comunidades em prol de novas práticas que considerassem a criança e o adolescente em situação de rua sujeitos de direitos. Segundo Freire:

A presença do educador de rua não foi inventada para ser mais um na equipe, ela aparece em razão da necessidade constatada no trabalho dia-a-dia, frente ao reconhecimento da ineficiência institucional repressora e isolada, na busca de um atendimento a esse contingente espoliado que são os meninos de rua, filhos dos expropriados dos meios de produção. (FREIRE, 1989, p.14).

O educador do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, é um mediador de relações, facilitador de falas e atuações dos meninos e meninas. Segundo as publicações de divulgação do Movimento, eles deveriam estimular atividades lúdicas para facilitar com que as crianças e adolescentes se expressassem.

Paulo Freire apresenta algumas conclusões sobre os educadores de rua, resultadas do I Seminário Latino Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua. Não é possível traçar um perfil, porém, alguns aspectos são importantes para o entendimento da atuação desses educadores:

É perceptivo e sensível às causas das situações geradoras. Ele trabalha em grupo, visando sempre uma organização mais ampla. Ele vai com o tempo, criar uma situação nova, provocadora de novas relações. É aquele que procura oferecer condições concretas para que os meninos superem suas necessidades. Ele não determina prazos para mudanças de comportamento. (FREIRE, 1989, p.16).

No que diz respeito à Educação Popular, que se mostra norteadora para esses educadores de rua, apresentamos a definição encontrada na obra *Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular*, nela Paulo Freire junto com Adriano Nogueira expressam seu entendimento do conceito de educação popular:

Entendo a educação popular como um esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. (FREIRE & NOGUEIRA, 1993, p.19).

Podemos estabelecer uma conexão do conceito citado quando o Freire em seu trabalho com educadores de rua enfatiza que o trabalho do educador e da comunidade em conjunto são fatores essenciais para uma mudança da sociedade. Em uma publicação produzida pelo próprio Movimento, organizada por Benedito dos Santos, em 1994, discute-se o “perfil” dos participantes do Movimento:

O Movimento possui setenta comissões locais e aproximadamente cem núcleos de base distribuídos nos vários estados do Brasil. Os educadores voluntários, militantes e ativistas dos direitos da criança e do adolescente engajados nas comissões locais são, na sua maioria, do sexo feminino, com escolaridade entre os graus primário e secundário. Apenas uma pequena parcela tem formação universitária, em geral em cursos da área de

humanas, como serviço social, direito e psicologia. A quase totalidade participa de programas comunitários de atendimento a meninos e meninas de rua de caráter não-governamental. Uma pequena parcela está vinculada profissionalmente a programas desenvolvidos por governos municipais, estaduais e federais. (SANTOS, 1994, p.29).

A partir da citação acima podemos estabelecer um diálogo da figura do educador descrita por Paulo Freire, com essas características dos integrantes do MNMMR. Apresentados os elementos principais sobre os educadores do Movimento, analisamos as práticas educativas do mesmo no Recife na década de 1980.

A nossa principal fonte de análise para atingirmos um dos objetivos do presente trabalho, chama-se: *O Grito de Meninos e Meninas de Rua*, chamado internamente (membros do próprio Movimento) de *O Grito*. O jornal começou a ser publicado em Agosto de 1988 pela comissão do Movimento do Recife juntamente com as crianças e adolescentes do próprio MNMMR. O processo de elaboração constituiu uma prática educativa e a participação das crianças e adolescentes se iniciava já na processo de seleção das notícias.

Para uma análise mais aprofundada do Jornal, foi essencial estudar o trabalho do redator chefe do período no período que pertence a nossa análise, Adriano Janssen, e um pouco da sua trajetória de vida até ele chegar ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. O seu livro *Porque tem meninos e meninas de Rua* faz o registro de momentos marcantes de sua vivência como agente de transformação social e militante da causa da infância. Além de contar muito de sua história e militância pela causa da infância.

Adriano nasceu em 23 de Março de 1933 na cidade de Nootdorp, Holanda, oitavo filho de nove, veio de uma família camponesa. Aos treze anos inicia os estudos como seminarista para realizar seu desejo de ser padre. Aos vinte e um, viaja para o Brasil onde conclui seus estudos e passa a atuar como vigário auxiliar na paróquia de Paulista – PE.

Em 1974 largou o sacerdócio e casou com Helena Janssen, que se tornou sua companheira de militância e de vida. Passa a exercer o ofício de taxista e tem um casal de filhos. Em 1984, deixa a profissão e assume a coordenação da Fundação Casa das Crianças, criada com intuito de prestar atendimento a crianças e adolescentes pobres da periferia de Olinda. Adriano sempre se preocupou com a situação dos trabalhadores pobres brasileiros, tema que permeia sua vida e que

sempre entendeu ser o foco de sua missão. Atua na Juventude Operária Católica e no Sindicato dos Taxistas, além de colaborar com o trabalho de Dom Hélder Câmara.

Começou a se envolver diretamente com a causa da infância quando exerceu a função de Conselheiro Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Recife e contribuiu com o processo de organização de meninos e meninas em situação de rua, foi então que conheceu o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Uma das maiores contribuições que a obra do autor traz é a narrativa de como era o processo de elaboração do Jornal:

Mas semanalmente, nós (meninas, meninas, educadores e eu), nos encontrávamos na sede do Movimento para, juntos, preparar o jornal. Escutávamos os fatos e selecionávamos as matérias. Tudo que acontecia nas ruas a turma trazia para ser publicado. A dinâmica era muito interessante, todos os fatos eram colocados e juntos fazíamos a seleção. (JANSSEN, 2013, p.41).

As páginas do jornal O Grito de Meninos e Meninas de Rua são do tipo A4, com apenas 1 folha dobrada ao meio, com cada página em uma metade formando 4 páginas, algumas edições extra possuem 2 páginas e uma delas possui 7. Era impresso em preto e branco com ilustrações para a maioria das matérias. Essas características revelam as limitações financeiras enfrentadas pelo Movimento, o conteúdo do jornal reforça essa evidência. Adriano Janssen afirma que o jornal era publicado mensalmente, porém, analisando todas as 58 edições que catalogamos que abrange um período de Agosto de 1988 (primeira publicação) até Abril de 2003, percebemos que em muitos meses o jornal não é publicado, geralmente por intervalos curtos.

Outra característica que destacamos na análise do jornal, é a realização de sua distribuição ou a quem o mesmo se destinava, Janssen conta que a maior parte dos jornais era distribuída pelos próprios meninos e meninas em lojas, repartições e escolas. Através de uma análise do conteúdo, rapidamente se percebe que o jornal realmente representava um “Grito” para essas crianças e adolescentes, e a publicação do autor explica a motivação do nome do jornal:

Grito e choro são reações espontâneas que vêm de dentro do peito, sempre provocadas pela dor ou pela alegria. No caso dos nossos meninos, constatamos mais dor do que alegria. No entanto, ter um espaço onde eles

pudessem gritar sua dor era por demais importante. (JANSSEN, 2013, p.42).

Abaixo apresentamos a primeira versão do logotipo do jornal, representando “um menino gritando”, desenhado de forma simples constituía a parte gráfica do cabeçalho do jornal:



(Figura 1 – Foto extraída da edição de Julho de 1989 do Jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* – Fonte: Acerto do LAHIN)

Para a análise do conteúdo do periódico, foram utilizadas seis edições do jornal: Agosto de 1988 (a primeira edição do jornal); Outubro de 1988 (Publicação extra); Agosto, de 1989; Novembro de 1989; Maio de 1990; Outubro de 1990. As seis edições foram escolhidas por pertencerem ao período entre 1980-1990, recorte temporal do trabalho de conclusão de curso. Porém, para a análise de aspectos como a periodicidade da publicação, todas as edições que catalogamos foram analisadas. Somando 58 edições num período de Agosto 1988 que é o ano de surgimento do Jornal até Abril de 2003.

Na análise do conteúdo dos jornais um dos elementos que mais chama atenção é o número de notícias reclamando da atuação da polícia, muitos casos e crimes são retratados, o conteúdo é muito coerente com o que Adriano Janssen afirma:

Quase sempre o jornal denunciava comportamentos arbitrários de policiais em confronto com meninos e meninas nas ruas, ou de civis mal informados e preconceituosos. Grande era o choque de opiniões. (JANSSEN, 2013, p.42).

A imagem abaixo (contida na primeira edição do jornal) expressa em linguagem simples as principais razões da existência do jornal, reclamando pelo

direito das crianças e adolescentes de viver, pedindo por mais chances e questionando a repressão da sociedade. Como que está contida na primeira edição do jornal mostra abaixo:



(Figura 2 – Foto extraída da edição de Agosto de 1988 do Jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* – Fonte: Acerto do LAHIN)

Quando analisamos o conteúdo do jornal percebemos que a maioria das notícias são reclamações acerca da atuação da polícia militar para com crianças e adolescentes naquela época, a edição de Agosto de 1989, por exemplo, traz uma denúncia de prisão injusta no bairro de Peixinhos, Olinda, que ocorreu no dia 16 de Julho (mês anterior a publicação dessa edição) chama atenção para quatro meninos terem sido presos e segundo a alegação do próprio policial, pelo simples fato de estarem sem documentos, dormiram na delegacia de policia e foram soltos na manhã do dia 17, porém atentam para o fato de que um dos meninos foi agredido na cabeça pelo policial, atitude que demonstra o quanto essa polícia tinha uma caráter repressivo.

Ainda no mesmo jornal, uma coluna chamada Tortura nas Casinhas, fala do comportamento violento dos policiais militares para com meninos e meninas, nas “casinhas” das praças do Recife, segundo o jornal, as casinhas são locais de espancamento e tortura. Denunciam que no dia 15 de Setembro de 1989, um menino foi preso e levado para a Delegacia do Menor. Ele saiu todo inchado de

tanto apanhar. No fim, o jornal faz duas importantes indagações à polícia: “De onde vem o direito de dar nestes meninos?” e “A polícia pode dar, espancar e torturar?”. (O Grito de Meninos e Meninas de Rua, Agosto 1989).

Através dos questionamentos acima e das matérias retratadas, podemos observar a aparente insatisfação e reclamações do Movimento acerca atuação da Delegacia do Menor que constituía um mecanismo de controle e repressão utilizado pelo Estado na época, segundo Miranda:

O Departamento Estadual de Polícia de Menores representava um órgão controlador das ações policiais, o que permite afirmar que a ação do Estado buscava atuar na vigilância, repressão e punição daquelas crianças e adolescentes que apresentavam uma ameaça social a partir do olhar policial. (MIRANDA, 2014, p.149).

A atuação repressiva dessa delegacia especializada em questões relacionadas aos chamados “menores” revela que a maior preocupação do Estado naquele momento era garantir o controle, a vigilância e a punição no dia a dia desses meninos e meninas ao invés de educar.

Essa questão fica ainda mais evidente numa matéria intitulada “Reprimir ou Educar?” Que relata um debate ocorrido no dia 14 de Julho de 1989 entre Educadores de Rua (quantidade não informada) e cem policiais. Retratam a existência de uma divergência entre as ideias. “Uma turma achando que seu papel é reprimir. E a outra que o jeito é educar.” Concluem afirmando que o povo está sendo roubado e violentado e os que mais sofrem dessas ações, são os meninos e meninas em situação de rua, que mereceriam proteção e convidam todos para juntos acabar com a violência.

Outro tipo de notícia muito recorrente no jornal eram as reivindicações políticas, fazendo parte de uma luta maior, por uma mudança no panorama legal no âmbito da infância. A luta por tal mudança aparece na documentação do MNMMR como um de seus principais objetivos em abrangência nacional, encontramos essa intenção bem definida em uma publicação que conta a trajetória do Movimento:

O MNMMR desenvolve uma luta constante para assegurar em leis os direitos legítimos de crianças e adolescentes, bem como parar tornar efetivos os mecanismos de garantias de direitos previstos nas legislações nacionais e normativas internacionais. (SANTOS, 1994, p.30).

Um exemplo de como o jornal constituía instrumento de luta por mudanças no âmbito político é a primeira página do Jornal de Agosto de 1989 que começa falando sobre uma reunião que ocorrerá no dia 14 daquele mês, na qual meninos e meninas dos “bairros com mais problemas” se reunirão para pressionar os deputados Estaduais, exigindo que a constituinte de Pernambuco atenda as seguintes reivindicações: Criação de um Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente; Que 1,5% do orçamento do Estado, fosse destinado às causas da infância; Criação de Varas de Justiça especializadas em direito para crianças e adolescentes; Calendário escolar que permitisse a participação de crianças e adolescentes na escola o ano inteiro.

A publicação destacada demonstra o interesse de uma participação ativa e crítica dos membros do Movimento na formulação de políticas públicas e se mostra bastante coerente com o que consta no Estatuto do Movimento em relação aos seus objetivos:

Exigir dos órgãos públicos a implementação de políticas sociais em que o Estado assuma sua responsabilidade perante os problemas sociais e privilegie a descentralização de decisões, ações e recursos. (MNMMR, ano não registrado).

O Jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* enquanto prática educativa permitiu que as crianças e adolescentes se apropriassem de informações, sentidos e significados, além de uma conscientização do contexto de lutas pelas mudanças de suas próprias condições de vida.

A seleção e construção das notícias, as matérias sobre outras instituições e a ideia do espaço para que crianças e adolescentes pudessem se expressar, são elementos presentes nos princípios do MNMMR:

Outro elemento-chave que caracteriza a proposta pedagógica do Movimento está no jeito como é trabalhada e no sentido que adquire a ideia de participação. O princípio político da organização implica na compreensão do direito de cada menino(a) em tudo que lhe diz respeito. O ambiente criado pela relação educativa, visa favorecer o exercício desse direito. (MOVIMENTO, 2002, p.82).

O trabalho do Movimento de educar para os direitos, possibilitou a articulação entre educadores e crianças e adolescentes e o jornal *O Grito*, constitui um alerta para a sociedade sobre uma questão da infância pobre e em situação de rua e

demanda pela conscientização da sociedade, representando um instrumento de luta do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife na década de 1980.

Desse modo, fica evidente que o trabalho do Movimento de educar para os direitos, possibilitou a ampliação da percepção sobre as várias dimensões envolvidas na luta pelos direitos de crianças e adolescentes. Reconhecendo que a dificuldade e complexidade da questão da infância pobre demandou o envolvimento de diversos segmentos da sociedade objetivando uma articulação para fortalecer sua luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da construção do presente trabalho sobre a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, foi possível analisar o seu papel na conquista dos direitos sociais no âmbito da infância. Seu trabalho com as crianças e adolescentes no contexto em que elas estavam inseridas e a sensibilidade dos seus membros para com os problemas dos meninos e meninas, geraram resultados que contribuíram para a estruturação e consolidação do próprio Movimento, principalmente nos seus três primeiros anos (1985-1988).

Também foi possível observar que o fato do Movimento ser ativo nas questões do seu interesse, é um fator a se destacar no seu trabalho em favor desses meninos e meninas que se encontravam em situação de rua e /ou abandono. Nessa análise, entendo o contexto social em que surge o interesse do Movimento em se apresentar como alternativa ao atendimento executado pelo Estado a esses meninos e meninas. No cenário de luta contra Ditadura Civil-Militar, percebo como militantes que defendiam os direitos da criança e do adolescente se articulavam para lutar por mudanças. Percebo uma contribuição muito forte do Movimento numa transformação do panorama legal do país, que se traduziu na transição do Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos os conceitos trabalhados foram essenciais para um melhor entendimento do nosso objeto de estudo e para a pesquisa histórica em si, da educação popular e dos movimentos sociais, elementos que estão diretamente relacionados com a trajetória e atuação do MNMNR.

O estudo da trabalho e da trajetória de Adriano Janssen, enquanto militante da causa da infância e redator chefe do jornal, O Grito de Meninos e Meninas de Rua, proporcionou o entendimento de várias questões imprescindíveis no trabalho com o periódico, tais como o motivo do nome do periódico, como era o processo de elaboração e como e para quem era feita a distribuição do jornal. Analisei a importância que esse periódico tinha na vida desses meninos e meninas. Através deste jornal, percebo que o mesmo foi uma prática educativa e um instrumento de denúncias e protestos, levando para às ruas os princípios do Movimento e fazendo um alerta sobre as situações que representavam a violência e

as injustiças sociais. O mais pertinente é a participação ativa dessas crianças e adolescentes.

Os estudos sobre as práticas educativas do Movimento através de suas publicações possibilitaram o entendimento da importância de elementos como: organização, representatividade e articulação no processo de conscientização que constitui etapa essencial na luta pela conquista de direitos. Vale ressaltar que a articulação desde o início, se apresenta como fator de base e um dos princípios mais expressivos do Movimento.

Os documentos e publicações do Movimento também revelaram um pouco da realidade em que a cidade do Recife se inseria no período. Em uma cidade marcada por profundas desigualdades sociais, a situação de meninos e meninas que viviam nas ruas era marcada por diferentes formas de exclusão e de resistência. O Movimento Nacional de Meninas e Meninas de Rua, através de seu discurso e atuação buscou na cidade do Recife, na década de 1980, se fundamentar na defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALANEN, Leena. Teoria do bem-estar das crianças. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 751-775, Dez. 2010.

AREND, Silvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29 - 47. jan./abr. 2015.

BRASIL, MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Estatuto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Data não disponível.

BRASIL, MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Centro de Formação Básica de Educadores. 2003

CARVALHO, Maria Wanderley de. SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Entre a rua e a instituição: o olhar de crianças e adolescentes que viviam nas ruas. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 5, p. 825-845, set./out. 2008.

FARGE, Arlette. O Sabor do Arquivo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. Paulo Freire e educadores de rua uma abordagem crítica. UNICEF/FUNABEM, Rio de Janeiro: 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, nº 47, 333-361, 2011.

GOHN, Maria da Glória. - Educação popular e movimentos sociais. In Org. DANILO R. Streck & Maria Teresa Esteban. Educação Popular; Lugar de Construção Social Coletiva - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JANSSEN, Adriano. Porque tem meninos e meninas de rua. Olinda: CCS Gráfica e Editora, 2013.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Rio Grande do Sul, 2015.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACÊDO, Maria Joacineide de. BRITO, Suerde Miranda de Oliveira. A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora. Psicologia Reflexão e Crítica. vol.11 n.3 Porto Alegre, 1998.

MIRANDA, Humberto da Silva. A cor do abandono: as crianças em situação de rua no Recife na ditadura civil-militar (1964-1985). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 155 - 179. jan./abr. 2015.

MIRANDA, Humberto da Silva. Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Organização de meninos e meninas de rua; A arte de Educar para a Vida. Recife, Comissão Estadual de Pernambuco (MNMMR), 2002.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. Rev. bras. Hist., São Paulo ,v. 19,n. 37,p. 85-102, Setembro, 1999.

PEREZ, J. R. E. e PASSONE, E. F. Políticas Sociais de Atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (orgs.). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2013.

RESENDE, Viviane de Melo. A crise do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma pesquisa em Realismo Crítico, Análise de Discurso Crítica e Etnografia. Disponível em: < <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/06T.pdf>> Data de acesso: 06/02/2016.

SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (orgs.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2004. Pág.309 – 328 .

SANTOS, Benedito Rodrigues (Org.). MNMMR- Uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Coleção: Cadernos de Defesa de Direitos, Série 3, UNICEF. São Paulo, junho de 1994.

SOUZA, Tainara de Jesus. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a conquista de direitos: o marco do Movimento Social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente. IIIº Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

APÊNDICE

TABELA 1 - Documentos catalogados do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Fonte: Acervo da sede do MNMMR no Recife e acervo pessoal de militantes

TÍTULO	TIPOLOGIA	ANO/EDIÇÃO	NÚMERO DE PÁGINAS
10 Anos fazendo educação	Panfleto	1995	3
MNMMR- Centro de Formação Pólo III	Panfleto	Não informado	3
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Português/Inglês)	Panfleto	Não informado	12
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Brasil	Panfleto	Não informado	6
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua 1985-2000	Panfleto	2000	6
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua IX Assembléia Nacional	Panfleto	Não informado	6
No Meio da Rua – Síntese de uma prática educativa com crianças e adolescentes	Livro	1998	100
Relatório do IV Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua	Relatório	1995	40
I Encontro Nacional Meninos e Meninas de Rua	Cartilha	1986	46
II Encontro Nacional de Meninos e	Panfleto (Programação)	1989	6

Meninas de Rua			
V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua	Relatório	1998	24
Meninos e Meninas Revivendo sua História	Cartilha	1995	19
Diga aí, menino! Fale aí, menina!	Livreto (Espécie de relatório ao meu ver)	1996	12
O Menino, o Trabalho e a Lei	Livro	1987	68
Programa Educação Social de Rua – Criança e adolescente em situação de rua	Cartilha	2002	16
MNMMR – Teses e propostas – IV Assembleia Nacional	Documentos de Teses (espécie de relatório, opinião pessoal)	1990	28
10 Anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	Caderno	1995	45

(Fonte: elaboração própria)

TABELA 2 - Edições catalogadas do jornal *O Grito de Meninos e Meninas de Rua* –
FONTE: Acervo da sede do MNMMR no Recife e acervo pessoal de militantes

Edições do jornal <i>O Grito de Meninos e Meninas de Rua</i>	
ANO	MÊS
1988	Agosto
1988	Outubro
1989	Julho
1989	Agosto

1989	Setembro
1989	Setembro (extra)
1989	Novembro
1990	Maio
1990	Junho
1990	Outubro
1991	Junho
1991	Agosto
1991	Setembro
1992	Abril
1992	Junho
1992	Outubro
1992	Novembro
1993	Maio
1993	Setembro
1993	Novembro
1993	Dezembro
1994	Maio
1994	Agosto
1994	Outubro
1995	Junho
1995	Agosto

1995	Setembro (extra)
1995	Novembro
1996	Maio
1996	Julho
1996	Agosto
1996	Setembro
1996	Outubro
1997	Março
1997	Maio
1997	Agosto
1997	Outubro (extra)
1997	Dezembro
1998	Abril
1998	Maio
1998	Agosto
1998	Outubro
1998	Novembro
1999	Março
1999	Agosto
2000	Janeiro
2000	Março
2000	Abril

2000	Maio (extra)
2000	Agosto
2000	Dezembro
2001	Abril (carta aberta)
2001	Junho
2002	Maio
2002	Junho
2003	Abril

(Fonte: elaboração própria)